

# A DIMENSÃO DO TRABALHO INFANTIL NO CONTEXTO INTERNACIONAL: impactos da desigualdade social e políticas públicas nos países em desenvolvimento

\* **Wellington Nunes Marcondes**

*Graduado em Comércio Exterior pela Faculdade de Tecnologia de Indaiatuba (FATEC-Indaiatuba), especialização em Direito Aduaneiro pela OAB ESA. Atualmente, é discente em Processos Gerenciais no IFSP-Capivari. <https://orcid.org/0009-0005-0144-576X>*

*E-mail:  
[wellington.nunes026@gmail.com](mailto:wellington.nunes026@gmail.com)*

\*\* **Elisiane Sartori**

*Doutora em Ciências Sociais e docente na Faculdade de Tecnologia de Indaiatuba (FATEC-Indaiatuba), Brasil. <https://orcid.org/0009-0006-7365-7945>*

*E-mail:  
[elisiane.garcia2@fatec.sp.gov.br](mailto:elisiane.garcia2@fatec.sp.gov.br)*

## RESUMO

O trabalho infantil assumiu conotações alarmantes desde a Primeira Revolução Industrial, e desde então, está enraizado em diversas sociedades ao redor do mundo. Os índices de trabalho infantil não apenas refletem uma questão social, mas também servem como um indicador das desigualdades, da pobreza e da falta de oportunidades educacionais para crianças e adolescentes. A maior parte das crianças inseridas nesse contexto sofre devido à ausência de uma proteção social eficaz para as famílias mais vulneráveis. Partindo desse princípio, o presente trabalho visa compreender a essência da problemática, além de correlacionar, por meio de dados secundários, os países com as maiores taxas de trabalho infantil e as políticas governamentais adotadas para combater esse fenômeno. O procedimento metodológico utilizado é exploratório, com o intuito de desenvolver uma abordagem comparativa e instigante a partir das informações contidas no estudo. O objetivo principal é proporcionar análises interpretativas e discussões sobre o tema no contexto internacional, destacando, especialmente, os desafios enfrentados no combate ao trabalho infantil e seus impactos no pleno desenvolvimento dos países.

**Palavras-Chave:** Trabalho Infantil; Desigualdade Social; Políticas Públicas.

## THE DIMENSION OF CHILD LABOR IN THE INTERNATIONAL CONTEXT: impacts of social inequality and public policies in developing countries

### ABSTRACT

Child labor has taken on alarming connotations since the First Industrial Revolution, and since then, it has been deeply ingrained in societies worldwide. The rates of child labor not only reflect a social issue but also serve as an indicator of inequalities, poverty, and the lack of educational opportunities for children and adolescents. Most children involved in this context suffer due to the absence of effective social protection for the most vulnerable families. Based on this principle, this study aims to understand the core of the issue, as well as correlate, through secondary data, the countries with the highest child labor rates and the government policies implemented to address this issue. The methodology employed is exploratory, with the goal of developing a comparative and engaging approach based on the information provided in the study. The main objective is to provide interpretive analysis and discussions on the topic at the international level, focusing particularly on the challenges faced in combating child labor and its impacts on the full development of countries.

**Keywords:** Child Labor; Social Inequality; Public Policies.

## LA DIMENSIÓN DEL TRABAJO INFANTIL EN EL CONTEXTO INTERNACIONAL: impactos de la desigualdad social y las políticas públicas en los países en desarrollo.

### RESUMEN

El trabajo infantil ha adquirido connotaciones alarmantes desde la Primera Revolución Industrial y, desde entonces, está profundamente arraigado en diversas sociedades alrededor del mundo. Los índices de trabajo infantil no solo reflejan una cuestión social, sino que también sirven como un indicador de las desigualdades, la pobreza y la falta de oportunidades educativas para niños y adolescentes. La mayoría de los niños involucrados en este contexto sufren debido a la ausencia de una protección social efectiva para las familias más vulnerables. Partiendo de este principio, el presente trabajo tiene como objetivo comprender la esencia de esta problemática, además de correlacionar, mediante datos secundarios, los países con las tasas más altas de trabajo infantil y las políticas gubernamentales adoptadas para combatir este fenómeno. El procedimiento metodológico utilizado es exploratorio, con el fin de desarrollar un enfoque comparativo e interesante a partir de la información contenida en el estudio. El principal objetivo es proporcionar análisis interpretativos y discusiones sobre el tema en el contexto internacional, destacando especialmente los desafíos enfrentados en la lucha contra el trabajo infantil y sus impactos en el pleno desarrollo de los países.

**Palabras Clave:** Trabajo infantil; Desigualdad social; Políticas públicas.

### INTRODUÇÃO

O trabalho infantil está enraizado em todos os países do globo, principalmente nas economias emergentes, estando associado à desigualdade, à pobreza e à falta de oportunidades educacionais. Foi somente em 1989, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, que foi firmado o compromisso internacional dos países para a erradicação do trabalho infantil no mundo (UNICEF, 2022). No entanto, mesmo após o compromisso internacional dos países para a redução dessa problemática, ainda é visível o cenário cruel que força milhares de crianças a abandonar sua infância e ingressar precocemente no mundo do trabalho. No geral, a maioria das crianças inseridas nessa realidade deve-se à inexistência de uma proteção social efetiva às famílias mais carentes (Laborcenter, 2022).

Conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de 96% das crianças envolvidas no trabalho infantil residem em países emergentes, sendo principalmente da África, Ásia e América Latina, empregadas principalmente no setor informal do agronegócio, sem nenhuma garantia efetiva de direitos trabalhistas (Roggero et al., 2006). Segundo o ILRF (2022), os impactos ocasionados sobre a saúde mental das crianças que trabalham por mais de 20 horas semanais, a longo prazo, se revelam em uma maior suscetibilidade ao desenvolvimento de comportamentos

sociais atípicos para a idade, além de interferir no desenvolvimento educacional, reduzindo o desempenho ou levando à evasão escolar. Além disso, a inserção da criança no mundo do trabalho pode afetar diretamente suas relações interpessoais, privando-a de criar vínculos emocionais com a família ou com amigos da mesma faixa etária, o que, posteriormente, pode ser associado aos quadros de insegurança e depressão.

No geral, as políticas governamentais contra o trabalho infantil se baseiam inteiramente na inserção da criança e do jovem no ambiente educacional, mas não consideram a dependência deles no auxílio do sustento familiar. Nesse quesito, o principal palco de combate ao trabalho infantil não se encontra nas famílias de classe alta, mas sim nas famílias mais necessitadas, que dependem diretamente da renda per capita da criança para a manutenção do lar e, por consequência, de sua subsistência. Outro fator de extrema importância se dá nos próprios receptores que utilizam a mão de obra infantil como um insumo barato para sua produção, sem que existam preocupações reais por parte do empregador com o cumprimento das normas vigentes, que são contrárias ao trabalho infantil. Isto ocorre porque as legislações o barram de fazê-lo, mas não o beneficiam pelo seu cumprimento (Krueger; Tjornhom, 2002). Dessa forma, uma parcela do trabalho infantil pode ser localizada nas grandes empresas transnacionais, que compram seus componentes de localizações periféricas que oferecem seus produtos a um custo mais baixo, mas que utilizam meios ilegais para tal, como o trabalho infantil. No entanto, outra parcela, e crescente nos países periféricos, envolve uma das piores formas de trabalho infantil: o tráfico internacional, que induz a criança a um mundo e realidade subjacentes ao seu, inserindo novos moldes sociais ilícitos como um padrão de ascensão social e prestígio, que, anteriormente, ela não conseguiria alcançar facilmente em um cotidiano comum (Lima, 2020; Pyl, s.d.).

Sendo assim, propõe-se a seguinte questão norteadora: por que os países periféricos são o epicentro do trabalho infantil e como isso afeta as relações de mercado? Em vista disso, os objetivos da pesquisa são entender e compreender os motivos que levam a maioria dos países periféricos a concentrarem a mão de obra infantil, o histórico desse fenômeno e as ações positivas para o combate dessa problemática, podendo servir futuramente como objeto de pesquisa para projetos que correlacionam o trabalho infantil e a desigualdade social. Assume-se, também, a

curiosidade de entender o tema no contexto brasileiro. Entre os principais, os objetivos da pesquisa incluem: realizar uma pesquisa bibliográfica sobre o trabalho infantil no mundo, procurando trazer exemplos reais desse fenômeno na sociedade; analisar o agravamento do trabalho infantil durante o período da pandemia de COVID-19; comparar os modelos de mercado das diferentes nações e relacionar os índices de trabalho infantil nelas; além de fortalecer o debate sobre os impactos do trabalho infantil e o papel do Estado na sua erradicação.

Tendo em vista as informações descritas acima, o objetivo geral do trabalho é analisar os aspectos que influenciam o trabalho infantil nos países periféricos.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 TRABALHO INFANTIL E DESIGUALDADE NOS PAÍSES PERIFÉRICOS

A classificação de países não pode ser meramente subdividida em "desenvolvidos" ou "subdesenvolvidos", pois, nesse sentido, abrem-se margens para um falso enquadramento e, acima de tudo, para uma discrepância de autonomias entre os países com maior poder aquisitivo e, igualmente, entre os de menor poder. A superioridade dos países "desenvolvidos" frente aos emergentes criou um abismo sem precedentes já no início do período de globalização mundial, após o término da Guerra Fria. É evidente que a internacionalização dos mercados financeiros e mercadológicos possibilitou uma cooperação e participação conjunta de todos os países. No entanto, segundo Santos e Casteletto (2019), trouxe também uma maior dependência dos países de menor capacidade financeira em relação aos de maior capacidade, sendo esta dependência, em suma, principalmente causada pela permanência das transnacionais em seus territórios.

Em suma, os países desenvolvidos são nações que possuem um grau elevado, seguindo os parâmetros da ONU, de desenvolvimento econômico, social e tecnológico, o que possibilita uma gestão mais plena e focada em tópicos que não são tão alarmantes no dia a dia, como presenciado em países periféricos, como, por exemplo, uma taxa exponencial de mão de obra sem registro formal, parcela da população vivendo em situação de miséria ou situações climáticas adversas. Nesse sentido, a dependência das multinacionais torna-se ainda mais evidente, possibilitando facilidade legal e jurídica, além de acesso às forças de trabalho em valores irrisórios à sua matriz.



A discrepância de desenvolvimento tecnológico nos países periféricos é o acelerador das desigualdades sociais:

A habilidade ou inabilidade de as sociedades dominarem a tecnologia e, em especial, aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, traça seu destino a ponto de podermos dizer que, embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em um processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico (Castells, 2010, p. 44 apud Santos; Casteletto, 2019).

Fica evidente, portanto, que a exploração do trabalho infantil é vista nos países mais pobres, dada a incapacidade desses países de suprir as principais necessidades básicas e inalienáveis de seus cidadãos e, acima disso, assegurar uma formação de qualidade e o pleno emprego. Assim, devido à necessidade de auxiliar nas despesas básicas de subsistência, a criança se coloca, ou é colocada, como responsável pela situação existencial e se compromete a ajudar a família. Segundo Meche (2018), “ao longo do desenvolvimento das sociedades, a realidade do trabalho infantil só foi vivenciada pelas crianças oriundas da classe excluída das decisões políticas, da distribuição de renda, das manifestações culturais, ou seja, da condição de cidadã”. Essa análise reflete a exclusão e o aumento do distanciamento entre as classes sociais (especialmente nos emergentes), ou seja, há uma dominação e subjugação das comunidades desenvolvidas frente à responsabilidade da criança em arcar com seus custos de vida, mediante sua “infeliz” inserção naquela realidade.

Por mais que existam leis e normas que assegurem à criança e aos jovens o seu desenvolvimento pleno, há a complacência dos países dominantes em assegurar um ciclo de pobreza vicioso, mantendo os moldes da sociedade vigente.

Um exemplo claro de atraso na concepção de direito às crianças pode ser observado claramente na Índia, que indiretamente ainda subdivide a sociedade em castas. Segundo Giovanaz (2020), mesmo após a constituição do país abolir a divisão por castas em 1995, o país ainda possui mais de cem casos de crimes por dia, movidos por essa segregação:

O sistema de castas vigora há mais de dois mil anos na Índia e é baseado em uma condição hereditária [...] a sociedade é dividida a partir da crença de que cada indivíduo se origina de uma parte diferente do deus Brahma, que é o criador do Universo segundo o

hinduísmo, religião majoritária na Índia. Os brâmanes teriam nascido da cabeça de Brahma; os xátrias, dos braços; os vaixás, das pernas; os sudras, dos pés; e os dalits, 'sem casta', teriam se originado da poeira sob os pés do criador. Essa condição destinaria cada pessoa a exercer uma função na sociedade – os brâmanes seriam sacerdotes ou intelectuais, enquanto os dalits trabalhariam com lixo ou esgoto, por exemplo.

Essa questão levanta um ponto de extrema importância: a pré-determinação das crianças a uma realidade arcaica e sem oportunidades para uma parcela da população. E, novamente, essa realidade se mescla à sustentação de sua família, destinando-as a trabalhos discriminados, informais ou sendo exploradas pelas grandes transnacionais. É possível verificar isso em uma reportagem do jornal Terra (2011):

Milhares de jovens indianas, a maioria dalits, trabalham sob um regime de escravidão em empresas têxteis com a promessa de que, ao terminar os três anos de contrato, receberão dinheiro suficiente para pagar o dote de seu casamento. Os fabricantes indianos produzem estes artigos [...] para importantes marcas estrangeiras como Bestseller, Diesel, Gap, Inditex (Zara), El Corte Inglés e Cortefiel. Além disso, um estudo da Universidade indiana Bharathidasan, mencionado no relatório, indica que entre 10% e 20% das trabalhadoras tinham entre 12 a 14 anos quando foram contratadas.

Nesse aspecto, urge a necessidade de reformulação dos moldes sociais existentes, tanto para amparo social, com políticas sérias e rígidas que não deem margem a burlamentos, como para não privilegiar o “opressor” em detrimento do “oprimido” por brechas legais nas leis. É de extrema necessidade uma atenção especial ao tópico do trabalho infantil nos países. Os conceitos serão abordados nos capítulos subsequentes.

## 2.2 ORIGENS, IMPACTOS E DESAFIOS PARA O COMBATE À DESIGUALDADE

Segundo Guimarães (s.d.), para compreender plenamente o sentido atual de um indivíduo ser caracterizado como pobre na sociedade contemporânea, que o vê apenas como um ser não social, é necessário identificar as origens da concepção ocidental atual. Essa concepção remonta aos períodos em que a sociedade era influenciada pelo “pensar divino” em contraste com o pensar crítico. As bases do teocentrismo, que estruturavam a sociedade feudal, eram pautadas na vontade absoluta divina. Nesse contexto, a hierarquia social era representada de maneira que o indivíduo, ao nascer em uma condição de vida menos favorável, estava vinculado às

condições preestabelecidas por uma entidade superior. Ser pobre, portanto, não representava necessariamente algo negativo, mas sim um propósito designado. A Igreja Católica, juntamente com o clero, desempenhou um papel fundamental na disseminação da ideologia da pobreza entre os pobres, mantendo-os em um estado imutável de assistência social, tanto por parte do clero quanto pelos mais abastados financeiramente. A perspectiva de aceitar a condição social desde o nascimento era fundamental, pois “enfrentar a pobreza em tempos teocêntricos era enfrentar Deus (leia-se Igreja Católica)”. A não aceitação dessa condição representava um risco ao próprio sistema feudal, que se sustentava no ciclo de repasses da alta nobreza ao clero, que, por sua vez, distribuía aos pobres. Sem a pobreza e o sofrimento dos desfavorecidos, não haveria a Igreja, uma vez que ambos eram vertentes complementares de uma sociedade estruturada em classes. O sistema teocêntrico de repasses funcionou por um longo período, sendo ordenado e submetido às vontades rígidas divinas. No entanto, não demorou para que a classe dominante começasse a questionar a necessidade de repassar suas riquezas aos menos favorecidos ou à Igreja. Com a ascensão da burguesia, ocorreu uma ruptura abrupta entre o Estado e a Igreja.

A monarquia (e a classe emergente de burgueses) queria se libertar da obrigatoriedade da Igreja em ajudar os pobres, portanto, romperam com a Igreja e criaram Estados independentes da religiosidade (ou criaram religiosidades próprias, equivalentes aos interesses do momento). Sendo assim, o Estado, e não mais a Igreja, se relacionaria com os pobres, rompendo definitivamente com a intermediação eclesiástica. Surge neste momento histórico as políticas públicas governamentais de assistencialismo social (Guimarães, s.d.).

Ainda de acordo com o autor, a partir desse momento, o pobre deixa de ser visto como alguém resignado à vontade divina e passa a ser constituído como um cidadão de direito. O Estado, então, tinha a responsabilidade de auxiliar os desocupados, doentes e peregrinos, de forma que os mantivesse por meio legal. No entanto, esse status não perdurou por muito tempo, pois com a Revolução Industrial, o pobre sofreu uma nova reconfiguração social, sendo desvirtuado e inferiorizado. O cidadão pobre passou a ser tratado como preguiçoso, vagabundo e incompetente.

Existem diversas representações ou teorias que esquematizam os ciclos da pobreza. Esses modelos tentam, de forma geral, exemplificar as etapas de um fluxo contínuo de pobreza entre as gerações familiares. No relatório divulgado pela ONU,

“The persistence of poverty: how real equality can break the vicious cycle”, são apresentados dados e fatos sobre o círculo vicioso da pobreza e a imensa desigualdade social entre os países centrais e emergentes. Dentre os aspectos mais importantes, destaca-se uma análise dos efeitos do sistema econômico neoliberal, amplamente difundido, e sua filosofia de organização social, caracterizada pelo conceito de meritocracia.

A desigualdade promove e é sustentada por uma concepção ultrapassada e já desacreditada de ‘meritocracia’. O sucesso econômico ainda é visto como um reflexo do esforço e da habilidade individual, uma crença que é especialmente difundida em países altamente desiguais e que é sustentada, acima de tudo, por pessoas de alta renda. Assim, uma maior desigualdade leva aqueles com maiores rendimentos a perceber os pobres como menos ‘merecedores’ e mais merecedores de seu status socioeconômico, justificando a desigualdade com base no mérito desigual. Isso, por sua vez, faz com que as falhas pessoais sejam vistas como a principal causa da pobreza: as pessoas em situação de pobreza são culpadas por isso. A ‘meritocracia’ reduz a empatia pelos grupos afetados e faz com que a desigualdade pareça inevitável e, até certo ponto, até desejável: um meio de incentivar as pessoas a realizarem mais (ONU, 2021, p. 13, tradução livre).<sup>1</sup>

O site Inesper, em 2020, trouxe dados preocupantes sobre a perda de capital econômico do Estado devido à evasão escolar, com um montante de aproximadamente R\$ 214 bilhões por ano. Além disso, a evasão escolar ocasiona aos cofres públicos brasileiros uma perda de cerca de R\$ 124 bilhões anuais. No gráfico 04, por exemplo, é evidente que um jovem que dá continuidade aos estudos, concluindo a educação básica, apresenta uma diferença de aproximadamente o triplo no salário de um jovem que não conclui a educação primária (INSAPER, 2019; INSAPER, 2020).

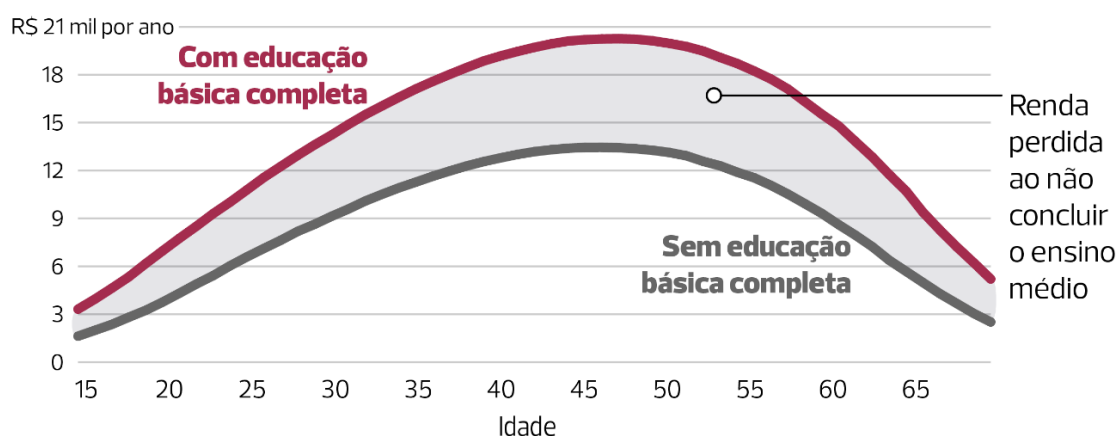
---

<sup>1</sup> Inequality both encourages, and is supported by, an outdated and by now discredited understanding of “meritocracy”. Economic success is still sometimes seen as reflecting one’s effort and ability, a belief that is especially prevalent in highly unequal countries, and that is entertained in particular, perhaps unsurprisingly, by high-income earners. Higher inequality thus leads those on higher incomes to perceive the poor as less “meritorious” and more deserving of their socioeconomic situation and therefore to justify inequality on the basis of unequal merit. This, in turn, leads personal failings to be considered the main cause of poverty: people in poverty are blamed for being poor. “Meritocracy” both reduces empathy towards affected groups and makes inequality look like an inevitable and, to some extent, even desirable phenomenon – a means of incentivizing people to achieve more.



**Gráfico 01:** Diferença entre as remunerações conforme o nível educacional.

### Remuneração média do trabalho conforme nível educacional no Brasil



Fonte: Consequências da Violação do Direito de Acesso à Educação (2020).

Inspêr

Fonte: INSPER (2020)

Outro aspecto levantado no relatório é a mensuração da discrepância de renda entre os países, com base em dados divulgados pelos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Foi observado que uma criança inserida na condição de baixa renda (em situação de pobreza) leva, em média, cerca de cinco gerações para alcançar a renda média de seu país de origem. Já em países subdesenvolvidos e emergentes, o tempo estimado pode ser ainda maior, chegando a representar de nove a mais gerações para alcançar um patamar mínimo de renda (ONU, 2022).

### 2.3 DESAFIOS, EXCLUSÃO E IMPACTOS NO ACESSO À EDUCAÇÃO

A desigualdade social abrange praticamente todas as civilizações, áreas e instituições que interagem com classes sociais dispare, não diferindo no contexto escolar. Assim como observado no primeiro capítulo, os países possuem estruturas culturais, sociais e tecnológicas distintas, trazendo algumas realidades semelhantes, mas, simultaneamente, profundamente diferenciadas. No entanto, a marginalização das classes periféricas pode ser observada em partes distintas do mundo, com aspectos idênticos ou semelhantes; o desamparo do Estado e a falta de oportunidades incluem esse contexto.

Segundo Conceição e Zamora (2015), a educação é um meio para se dimensionar a desigualdade, pois ela está, mais do que outras áreas, dogmatizada com ideias neoliberais, que depositam uma ideia de autoflagelação para romper

limites ou dificuldades impostas pela realidade. Desse modo, a educação moderna está mergulhada em mecanismos inteiramente liberais que estimulam a concorrência e o desempenho meritocrático, sem, é claro, se preocupar com as condições em que cada aluno ou família se encontra naquele momento.

No entanto, apesar dos altos índices de calamidade na educação, além da árdua dificuldade da integração de um acesso homogêneo à educação, poucos são os meios propostos para atenuar a situação de não equidade atual. Desse modo, a educação passa a ser um mecanismo de filtragem social, privilegiando o acesso e a permanência de alguns e a exclusão e evasão de outros desfavorecidos. É importante frisar, mais uma vez, que as diferentes esferas da sociedade se ligam ao sistema ideológico vigente, formalizando sua atuação como correta e concreta. Nesse sentido, a estrutura social capitalista é organizada e programada para defender a divisão de classes como uma premissa. Muitas vezes, essa concretização se dá de forma sutil e intrínseca aos moldes sociais, não se apresentando com afeição opressora, mas sim benéfica.

A ideia e prática constante de sucesso por meio da deterioração para a obtenção de um mérito ou desempenho começa já nas escolas. A ideia central não é focar no desenvolvimento de um raciocínio reflexivo-crítico dos alunos, mas sim, e somente, uma formação e preparação intelectual. É nesse momento que se diverge o contexto de lutas para tirar os jovens do mundo trabalhista, a fim de que se desenvolvam tranquilamente nas escolas. No entanto, nas escolas, acabam encontrando (muitas vezes) um ambiente igualmente ou mais feroz do que já se encontravam anteriormente, inseridos em um mundo de desgaste e estresse com prazos curtos, sem tempo para lazer ou descanso de modo eficaz.

Portanto, as instituições escolares acabam gerando o oposto do que realmente deveriam, sendo a escola um prejuízo ao próprio aprendizado e desenvolvimento dos alunos. Ora, os estudantes muitas vezes dormem nas salas de aula, com a presença do docente, não por desrespeito, mas sim pela falta de tempo adequado no seu cotidiano. A maioria dos discentes tem a consciência de suas atitudes rudes ou apáticas com os professores em sala, no entanto, não percebem uma mudança de vida naquele momento, a partir dos seus estudos. Isso ocorre porque “alguns dos jovens percebem com clareza o campo de contradições entre a ideia de público e democrático e suas severas dificuldades de acesso e permanência, como também acontece com outros jovens brasileiros pobres, em espaços historicamente não destinados a eles”. Essa dura

realidade, presenciada nos países periféricos, gera uma contradição na formação dos alunos e futuros cidadãos, que se deparam com a precoce “[...] reprodução das desigualdades existentes no país, espelhadas, em grande medida, na lógica institucional predominante. Desigualdade entre os alunos, entre alunos e professores, burocracia, pouca participação política, invisibilidade dos mais pobres, indiferença dos que têm mais poder [...]”.

Atualmente, os estudantes de baixa renda possuem rotinas igualmente complexas a de um simples operário, mas sem nenhum auxílio monetário para isso, o que coloca em pauta a sua importância frente a essa realidade amarga. Pois, para alunos de baixa renda, os estudos, no geral, não estão no cerne de bônus, mas sim de ônus, com despesas paralelas à sua manutenção, enquanto a renda per capita familiar é baixíssima. Tal fator leva os estudantes ao “mundo trabalhista paralelo”, na venda de doces, obtenção de bolsas, venda de sua mão de obra, etc. Ora, tal circunstância não pode jamais ser vinculada ao famoso discurso capitalista de “empreendedorismo juvenil”, mas sim a uma tentativa desesperada de justificar à sua família motivos agregadores à continuidade de seus estudos, mostrando que não é um empecilho à renda familiar:

[...] os estudantes relataram um cotidiano de filas, esperas e desgaste imenso, de problemas emocionais e de aprendizagem. Revelou-se, por exemplo, que não é raro os bolsistas usarem o dinheiro do auxílio oferecido pela escola para ajudar nas despesas da casa. Há também os que, para ter uma renda extra, fazem alguns trabalhos informais, os chamados 'bicos'. Vieram à tona casos como o das alunas que preparavam doces para vender na escola. Outros, com mais facilidade nas disciplinas da área de exatas, cobravam valores simbólicos para dar aulas particulares. Soube-se, também, de casos de alunos que desmaiaram ao longo do dia pelas duras condições relatadas. Os projetos institucionais de apoio, pode-se inferir, são insuficientes para suprir as demandas, pois atendem apenas a uma parcela dos estudantes (Conceição; Zamora, 2015).

De acordo com Ladeira (2021), o Estado brasileiro, assim como em diversos outros países, não pensou a escola para estar à disposição das classes “inferiores” da elite, tampouco das camadas populares trabalhadoras. Portanto, o acesso deve ser visualizado como uma luta árdua da classe trabalhadora pelo direito ao acesso digno à educação. Como visualizado pelo autor, durante a transição feudal, a ligação da escola se dividiu em dois ramos: um mais elaborado, seguindo os moldes dos conhecimentos científicos e culturais, destinado às elites, e outro mais simples e arcaico, que visava

uma mera preparação profissional para os trabalhadores, destinada às classes baixas. A última tinha um caráter de adestramento e moldador, capacitando a antiga classe servil para “serem utilizados no projeto de desenvolvimento pensado pelas classes dirigentes”.

Atualmente, as escolas instituem cada vez mais tendências pedagógicas neoliberais, fazendo com que as escolas deixem de cumprir o seu papel de formação e passem a difundir ideais em suas metodologias. As três maiores tendências nas gestões escolares incluem formas de justificar os velhos moldes estabelecidos para as classes baixas. O tecnicismo é a primeira forma pedagógica desse sistema precário, que tangencia uma valorização crescente dos assuntos mercadológicos de produtividade, ante ao conhecimento científico. Já a segunda é definida como construtivismo, cuja função é definir os agentes responsáveis pelo aprendizado e delimitar suas funções. Nesse sentido, o discente recebe o papel chave de ser o único responsável pela construção do próprio conhecimento, enquanto o docente representa somente um mero colaborador, e não um educador. A terceira é definida como pedagogia dos projetos. Essa última pretende trazer a ideia de que as atividades pedagógicas dentro das salas de aula não deveriam ser brevemente organizadas em torno de um currículo estabelecido (fundamentado cientificamente), e sim em torno de projetos, surgidos de forma espontânea a partir das discussões dentro das salas de aula:

[...] a escola, de acordo com os padrões do capitalismo monopolista vigente, é aquela que permite um nível mínimo de cálculo, leitura e escrita, ou seja, o mínimo de senso crítico, pois seu objetivo não é formar indivíduos autônomos criticamente, e sim indivíduos capazes de viabilizarem a manutenção e o desenvolvimento das produções capitalistas. [...] Embora o governo reconheça a importância fundamental da Educação para gerar crescimento econômico para o país, não há, de sua parte, nenhum compromisso que esteja vinculado com uma Educação de qualidade e crítica para as classes pobres na sociedade (Ladeira, 2021).

É a partir do falso compromisso governamental com a sociedade na formação de futuros profissionais qualificados e pesquisadores que as formações atuais são voltadas, em última análise, para uma massa de mão de obra qualificada a trabalhos braçais e, muitas vezes, informais. A questão principal é uma marginalização de todo o aprendizado do aluno, de modo que muitas vezes se depara com o questionamento de relevância dos conteúdos ministrados em aula para a sua vida. Essa questão



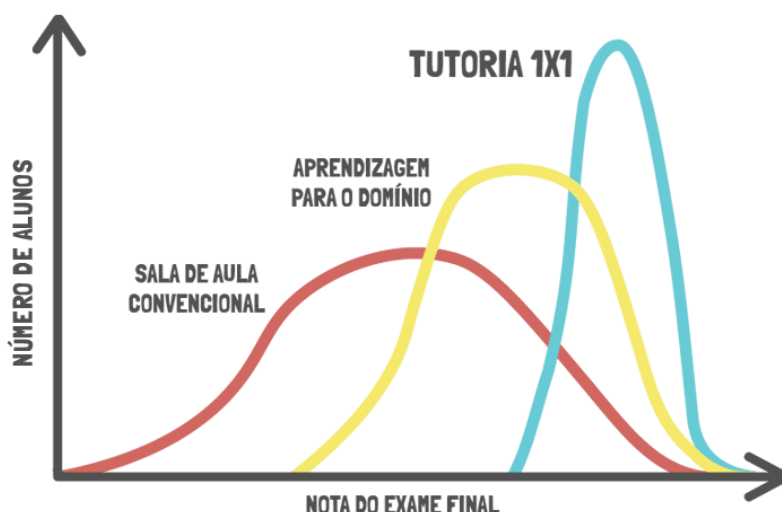
parte, em geral, da negação da importância da escola, considerando uma dificuldade escolar crescente e sem amparo para auxiliá-los. Ainda de acordo com Ladeira:

[...] Essa dificuldade de assimilação dos conteúdos é, em muitos casos, reforçada pela própria figura dos docentes que, a partir de suas precárias condições de trabalho e da série de exigências e cobranças a que estão submetidos, fazem com que dediquem mais atenção àqueles que possuem maior facilidade, enquanto os que têm uma dificuldade maior de assimilação acabam sendo deixados à margem desse processo de aquisição de conhecimentos em sala de aula (Ladeira, 2021).

Os impactos desse ato são imensos. O aluno em formação não possui uma real capacidade de desenvolver assertividade em lidar emocionalmente com essa situação, tampouco preparo para lidar com situações que fogem do seu escopo de realidade simples. Nesse sentido, qualquer ato de exclusão ou que o inviabilize como um retardatário perante aos seus colegas pode colocar em cheque o futuro da formação completa de um potencial profissional no mercado. É cabível elencar que os impactos da desigualdade social, e, em específico, a evasão escolar, é um dos fatores fundamentais que devem ser combatidos, pois, em muitos casos, levam a um ciclo de misérias entre as gerações familiares de baixa renda, exposto no tópico anterior.

No gráfico 05, baseado no estudo científico da Universidade de Chicago, sobre a eficiência de ensino com base nas tutorias individuais na educação, de 1984, é possível denotar que o protagonismo ativo dos alunos nas salas de aula, se utilizando de um sistema convencional de ensino, não possui um desempenho adequado, ocasionando, portanto, um maior número de perda de participações e aprendizado nas salas de aula. No entanto, quando comparado ao sistema de ensino por tutoria com os professores, as taxas passam a ser absurdamente relevantes, o que indica que, ao dar maior assistência e autonomia aos discentes como próprios autores de saberes, há uma retenção da atenção dos alunos nas aulas e também um maior percentual de retenção de conhecimentos passados durante o processo de ensino (Tutor Mundi, s.d.).

**Gráfico 02:** Eficiência de aprendizado sob condições de ensino.



Fonte: TUTOR MUNDI (s.d.)

No artigo, os autores trazem alguns fatos sobre as disparidades que cada criança encontra, seja por estímulos internos ou externos, como os pais nos deveres e atividades estudantis, o tempo livre para complementar seus deveres, entre outros pontos relevantes ao cerne de um ambiente propício ao aprendizado do aluno. Outro ponto, extremamente atual e abordado no artigo da Universidade de Chicago, traz uma ideia de segregação dentro das salas de aula, onde alguns alunos recebem demasiada atenção, sem realmente serem merecedores de tal, apenas por capricho. Isso fomenta, portanto, um desinteresse nos demais companheiros:

Frequentemente, os professores desconhecem o fato de que estão proporcionando condições mais favoráveis de aprendizagem para alguns alunos do que para outros. Geralmente, eles têm a impressão de que todos os alunos de suas classes recebem igualdade de oportunidades para aprendizado (Bloom, 1984, tradução livre).<sup>2</sup>

A segregação social e educacional, que já se observa de forma clara em vários aspectos do cotidiano escolar, reflete a natureza excludente do sistema educacional brasileiro, o qual reproduz as desigualdades existentes na sociedade. O próprio ato de invisibilizar o estudante de baixa renda no ambiente educacional pode se tornar um fator determinante para a perpetuação dessa desigualdade, acentuando o ciclo de exclusão e de poucas perspectivas para as futuras gerações. Por isso, é necessário que as políticas educacionais contemplem as desigualdades estruturais e ofereçam

<sup>2</sup> Teachers are frequently unaware of the fact that they are providing more favorable conditions of learning for some students than they are for other students. Generally, they are under the impression that all students in their classes are given equality of opportunity for learning.

alternativas que favoreçam, de fato, a equidade no acesso e na permanência dos alunos no sistema escolar.

#### 2.4 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E SEUS IMPACTOS NA DIMINUIÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Os programas de transferência de renda têm sido amplamente utilizados como uma das estratégias fundamentais para combater a pobreza e seus impactos sociais, incluindo o contínuo ciclo de trabalho infantil nas famílias de baixa renda. Esses programas fornecem assistência financeira direta a famílias de baixa renda, visando melhorar suas condições de vida e promover o desenvolvimento social (Marinho; Linhares; Campelo, 2011). Alguns dos principais programas de transferência de renda em diferentes países incluem o Bolsa Família, no Brasil, o Programa de Subsídio de Assistência Temporária (TANF), nos Estados Unidos, o Programa Oportunidades (atualmente chamado Prospera), no México, entre outros programas similares em diversas partes do mundo (Fernandes, 2018).

Segundo Marinho, Linhares e Campelo (2011), os impactos dos programas na diminuição do trabalho infantil podem ser observados em diversos aspectos, como na redução da pobreza. Ao fornecer assistência financeira a famílias de baixa renda, os programas de transferência de renda buscam diminuir a pobreza, melhorando o acesso a recursos básicos, como alimentos, moradia e saúde. Isso pode reduzir a necessidade de que crianças trabalhem para complementar a renda familiar. Outro ponto positivo é o incentivo à educação, uma vez que os programas condicionam o recebimento do benefício à frequência escolar das crianças e adolescentes, incentivando as famílias a manterem seus filhos na escola em vez de colocá-los para trabalhar.

Além disso, a melhoria das condições financeiras e da qualidade de vida reduz a necessidade de envio das crianças ao trabalho precoce, o que permite que elas tenham uma infância mais saudável e adequada ao seu desenvolvimento, sem responsabilidades econômicas prematuras. Os programas de transferência de renda também têm o potencial de romper o ciclo de pobreza. Ao melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e incentivar a educação das crianças, esses programas diminuem a probabilidade de que as futuras gerações enfrentem o mesmo problema do trabalho infantil. Por fim, a proteção social oferecida pelos programas

ajuda as famílias a enfrentarem dificuldades financeiras temporárias ou emergências, diminuindo a pressão para que as crianças trabalhem para ajudar a família em tempos de crise (Botelho; Gonçalves, 2020).

Na Tabela 01, estão listados alguns dos principais programas de transferência de renda, que variam na representação da porcentagem do PIB de cada país, entre 0,03% (França), 0,14% (Chile), 0,47% (Brasil) e 1,13% (Equador). As administrações desses programas variam para cada país, mas, na maioria dos casos, estão sob a responsabilidade de ministérios e secretarias sociais (Brasil, s.d.).

**Tabela 01:** Principais Programas de Transferência de Renda

País	Nome do Programa	Ano de Criação	% da População Beneficiada
Argentina	Asignación Universal por Hijo	2009	19,80%
Bolívia	Bono Juancito Pinto	2006	18,70%
Brasil	Programa Bolsa Família	2003	28,20%
Chile	Ingreso Ético Familiar	2012	4,10%
Colômbia	Más Familias en Acción	2001	23,80%
Equador	Bono de Desarrollo Humano	2003	37,20%
França	Revenu de Solidarité Active	2009	8,00%
Paraguai	Tekoporã	2005	9,80%
Peru	Juntos (Programa Nacional de Apoyo Directo a los más Pobres)	2005	10,20%
Uruguai	Asignaciones Familiares – Plan Equidad	2008	15,50%

Fonte: Elaboração própria, baseado na Assessoria de Comunicação Social (s.d.)

No entanto, é importante destacar que os programas de transferência de renda são apenas uma parte da solução para combater o trabalho infantil. Como já direcionado na pesquisa, os esforços são múltiplos e complexos. Nesse sentido, é necessário um esforço conjunto com maiores políticas públicas, investimentos em educação, conscientização pública e fiscalização para garantir uma redução significativa e sustentável do trabalho infantil no Brasil e no mundo (Cacciamali; Tatei; Batista, 2010).

## 2.5 POLÍTICAS DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL

As políticas de combate ao trabalho infantil têm como objetivo principal proteger as crianças e garantir que elas possam desfrutar de uma infância saudável, livre de exploração laboral, além de ter acesso à educação, desenvolvimento e bem-estar adequados. Essas políticas devem ser implementadas por governos, organizações



internacionais e a sociedade civil para enfrentar o problema do trabalho infantil. Abaixo, algumas políticas e programas são destacados.

De acordo com a OIT (2023), sigla para Organização Internacional do Trabalho, a instituição é uma agência especializada das Nações Unidas, dedicada a promover o trabalho decente e digno em todo o mundo. Fundada em 1919, a OIT é a primeira agência das Nações Unidas e visa, principalmente, defender os direitos dos trabalhadores, melhorar as condições de trabalho, promover a justiça social e combater o trabalho infantil. A OIT é composta por representantes de governos, empregadores e trabalhadores de seus Estados-membros, trabalhando em estreita colaboração com organizações internacionais, governos e parceiros sociais para alcançar seus objetivos. A organização desempenha um papel fundamental na promoção de padrões internacionais de trabalho e na proteção dos direitos humanos no contexto do mundo do trabalho.

Além disso, a OIT tem um papel crucial na luta contra o trabalho infantil em todo o mundo, atuando para combater essa violação dos direitos das crianças por meio de várias ações e iniciativas. A OIT oferece assistência técnica e cooperação aos países, ajudando-os a desenvolver políticas e estratégias eficazes para eliminar o trabalho infantil. Por meio de parcerias com outras organizações, governos, sindicatos e a sociedade civil, a OIT mobiliza recursos e esforços conjuntos para enfrentar esse problema. Pesquisas e análises também são realizadas para entender a dimensão e as causas do trabalho infantil, orientando as intervenções.

A OIT também desempenha um papel importante na conscientização sobre os danos do trabalho infantil e na importância de sua erradicação. A organização tem sido um agente de mudança na proteção das crianças e na promoção de um futuro melhor para elas. A OIT criou diversos programas e iniciativas para combater o trabalho infantil em todo o mundo, que têm sido fundamentais na luta contra essa prática, contribuindo para proteger milhões de crianças ao redor do globo. Esses programas envolvem ações práticas, políticas de longo prazo e parcerias com diversos atores para garantir que as crianças possam desfrutar de seus direitos fundamentais e crescer em ambientes seguros, saudáveis e educacionais.

Na Tabela 05, são apresentados alguns dos programas da OIT voltados para o combate ao trabalho infantil, juntamente com seus agentes sociais envolvidos:

**Tabela 02:** Programas criados pela OIT.

<b>PROGRAMAS</b>	<b>DESCRIÇÕES</b>
Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC)	Desenvolve projetos para combater o trabalho infantil em parceria com governos e organizações. Concentra-se na erradicação das piores formas de trabalho infantil e em ações preventivas.
Parceria Global para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil	Reúne governos, sociedade civil e empresas para combater as piores formas de trabalho infantil. Visa a implementação de ações práticas e políticas de erradicação.
Iniciativa para a Eliminação do Trabalho Infantil no Setor Agrícola (IPEC Agricultura)	Concentra-se em combater o trabalho infantil no setor agrícola, criando ambientes seguros e educacionais para as crianças envolvidas.
Programa para a Eliminação do Trabalho Infantil no Trabalho Doméstico (IPEC Trabalho Doméstico)	Visa combater o trabalho infantil no trabalho doméstico, promovendo ações preventivas e políticas de proteção aos direitos das crianças envolvidas.

Fonte: Elaboração própria, baseado na OIT, 2023.

## 2.6 O IPEC E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A ERRADICAÇÃO GLOBAL DO TRABALHO INFANTIL

O IPEC (Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil) foi criado em 1992 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como um programa especializado voltado para a erradicação do trabalho infantil em nível global. O objetivo central do programa é promover a eliminação das piores formas de trabalho infantil e alcançar progressos significativos na erradicação do trabalho infantil em geral. O IPEC tem atuado como um importante mecanismo internacional para combater essa prática, mobilizando esforços de governos, organizações não governamentais (ONGs), agências das Nações Unidas, setor privado e sociedade civil.

A erradicação do trabalho infantil é um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pelas Nações Unidas, e o trabalho do IPEC é essencial para alcançar essa meta global. Esforços contínuos e colaboração entre os países e as partes interessadas são fundamentais para garantir que todas as crianças sejam protegidas e tenham a oportunidade de uma infância saudável e plena de desenvolvimento (OIT, 2023).

**Tabela 03: Objetivos Centrais do IPEC**

<b>OBJETIVO</b>	<b>ATIVIDADE PRINCIPAL</b>
Conscientização	Campanhas de conscientização sobre os efeitos negativos do trabalho infantil.
Coleta de Dados	Coleta de informações e dados sobre o trabalho infantil em diferentes países e regiões.
Desenvolvimento de Políticas	Trabalho com governos para desenvolver e implementar políticas nacionais de combate ao trabalho infantil.
Programas de Ação	Apoio à implementação de projetos e programas específicos para combater o trabalho infantil.
Cooperação Internacional	Promoção da cooperação entre países para compartilhar boas práticas e lições aprendidas.
Capacitação e Formação	Oferecimento de treinamento e capacitação para funcionários do governo, trabalhadores e membros da sociedade civil envolvidos no combate ao trabalho infantil.
Monitoramento e Avaliação	Monitoramento do progresso dos países na erradicação do trabalho infantil.
Combate às Piores Formas	Concentração de esforços na eliminação das piores formas de trabalho infantil.
Conscientização	Campanhas de conscientização sobre os efeitos negativos do trabalho infantil.
Coleta de Dados	Coleta de informações e dados sobre o trabalho infantil em diferentes países e regiões.
Desenvolvimento de Políticas	Trabalho com governos para desenvolver e implementar políticas nacionais de combate ao trabalho infantil.
Programas de Ação	Apoio à implementação de projetos e programas específicos para combater o trabalho infantil.
Cooperação Internacional	Promoção da cooperação entre países para compartilhar boas práticas e lições aprendidas.
Capacitação e Formação	Oferecimento de treinamento e capacitação para funcionários do governo, trabalhadores e membros da sociedade civil envolvidos no combate ao trabalho infantil.
Monitoramento e Avaliação	Monitoramento do progresso dos países na erradicação do trabalho infantil.
Combate às Piores Formas	Concentração de esforços na eliminação das piores formas de trabalho infantil.

Fonte: Adaptado de OIT (2023)

Além disso, o IPEC desempenha um papel crucial na luta contra o trabalho infantil, coordenando esforços internacionais e promovendo ações efetivas para proteger as crianças de todas as formas de exploração e abuso laboral. As atividades do programa abrangem diversas áreas, desde a conscientização até o monitoramento do progresso, visando garantir a erradicação do trabalho infantil em escala global.

### 3 PROCESSOS METODOLÓGICOS

O estudo em questão tem como objetivo analisar os impactos do trabalho infantil no cenário internacional, abordando inicialmente as raízes do problema, que se conectam com as correntes econômicas e suas fases, bem como as responsabilidades associadas, considerando o panorama atual. Em um segundo momento, serão discutidas as problemáticas que levam, principalmente, as crianças de países emergentes a submeterem sua força de trabalho à exploração, com ênfase nos contextos pré e pós-pandêmicos. O procedimento metodológico adotado consiste em uma pesquisa exploratória, com o intuito de levantar dados secundários para uma análise quantitativa. A coleta de dados será fundamentada em fontes secundárias provenientes de artigos científicos, teses disponíveis em bases de dados acadêmicas, sites de notícias e fontes governamentais, que fornecerão o conteúdo necessário para atender aos objetivos propostos (Gerhardt; Silveira, 2009).

Dada a complexidade e as múltiplas vertentes que o tema do trabalho infantil abrange, a análise será principalmente centrada nos aspectos sociais, embora a dimensão do comércio global também será considerada. No entanto, o foco principal do estudo será no impacto social do trabalho infantil. Assim, o levantamento de dados será realizado de forma qualitativa, com ênfase nas fontes e nos argumentos de especialistas e instituições, que formarão a base para a construção da análise e a interpretação dos resultados.

### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em estudos e revisões bibliográficas, é possível identificar os principais aspectos da problemática do trabalho infantil, destacando questões que geram interpretações e discussões importantes. O contexto atual exige a implementação de medidas eficazes para enfrentar os desafios relacionados ao trabalho infantil, por meio de um controle rigoroso e assertivo das políticas públicas globais. Esta pesquisa se baseia na análise dos impactos do trabalho infantil em países centrais e periféricos, além de investigar os desafios enfrentados no combate a essa prática, especialmente no contexto das relações com o comércio exterior. Um dos principais objetivos do estudo foi identificar as melhores práticas adotadas pelos governos centrais na redução do trabalho infantil e no desenvolvimento de políticas públicas eficazes. O propósito é contribuir para o aprimoramento do pensamento crítico e expandir o



entendimento sobre o tema, dada a sua relevância no contexto da macroeconomia e do comércio internacional.

A persistência do trabalho infantil, especialmente nos países periféricos, exige uma análise aprofundada das suas causas e dos impactos sobre as relações comerciais internacionais. Fatores socioeconômicos como pobreza, desigualdade e a falta de acesso à educação e serviços essenciais são determinantes para a manutenção dessa prática. Além disso, a exploração do trabalho infantil está frequentemente ligada a setores da economia que atendem à demanda do mercado internacional, tornando imperativo investigar como essas relações comerciais influenciam e perpetuam o trabalho infantil.

Este estudo destaca os impactos do trabalho infantil tanto nos países periféricos quanto nos centrais. Nos países periféricos, o trabalho infantil contribui para a perpetuação da pobreza e desigualdade, comprometendo o desenvolvimento econômico e social dessas regiões. Nos países centrais, embora o trabalho infantil não seja praticado diretamente, o consumo de produtos originados dessa prática está indiretamente relacionado a essa problemática, exigindo uma reflexão crítica sobre as cadeias produtivas globais. Em relação às políticas públicas, a pesquisa aponta que estas desempenham um papel crucial na redução do trabalho infantil. Contudo, para que sejam eficazes, é necessário que as políticas não apenas abordem o combate direto ao trabalho infantil, mas também enfrentem as causas estruturais que perpetuam essa prática, como a desigualdade social e a precariedade no acesso à educação e à proteção social. A erradicação do trabalho infantil é uma tarefa complexa, que demanda a ação coordenada de governos, organizações internacionais e a sociedade civil, tendo em vista que a responsabilidade é compartilhada globalmente.

Finalmente, reforça-se a necessidade de um compromisso coletivo para garantir os direitos das crianças e adolescentes, assegurando a elas a oportunidade de desfrutar plenamente de sua infância e adolescência. A construção de um mundo mais justo e igualitário passa pela erradicação do trabalho infantil, o que exige ações concretas e uma mobilização global para a efetivação desses direitos. Somente assim será possível garantir um futuro digno e inclusivo para todas as crianças, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

BLOOM, Benjamin S.. **The 2 Sigma Problem: The Search for Methods of Group Instruction as Effective as One-to-One Tutoring**. Publicado em jul. 1984. Disponível em: <<http://web.mit.edu/5.95/readings/bloom-two-sigma.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BOTELHO, Vinícius; GONÇALVES, Marcelo; 2020. **Transferências de renda resolvem muitos problemas sociais, mas não todos**. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/transferencias-de-renda-resolvem-muitos-problemas-sociais-mas-nao-todos>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. MINISTERIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programas de Transferência de Renda pelo Mundo**. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/sala\\_de\\_imprensa/noticias/2015/outubro2015/PTCR-Mundo-19102015.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/noticias/2015/outubro2015/PTCR-Mundo-19102015.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. **O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=20652>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio; BATISTA, Natália Ferreira. **Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rec/a/8hCwhrsHQHYBBjmFm6h6xqQ/?lang=pt#>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CONCEIÇÃO, Viviane Lima da; ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas. **Desigualdade social na escola**. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 37, n. 2, p. 279-287, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/kPwXrLYC5ThZdZmnBfTVLrv/>. Acesso em: 2 dez. 2024.

Convention on the Rights of the Child. **For every child, every right**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/child-rights-convention>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

FERNANDES, Daniela. **Como funcionam programas nos moldes do 'Bolsa Família' nas 10 maiores economias do mundo**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45897725>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

GIOVANAZ, Daniel. **Constituição da Índia completa 70 anos sem erradicar a violência do sistema de castas**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/26/constituicao-da-india-completa-70-anos-sem-erradicar-a-violencia-do-sistema-de-castas>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

GUIMARÃES, Vinicius Oliveira Seabra. **CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DA POBREZA: DESNATURALIZAÇÃO DA PERCEÇÃO DAS DESIGUALDADES: UM ESTUDO SOBRE A EVASÃO ESCOLAR: PARA SE PENSAR NA INCLUSÃO ESCOLAR.** Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/documentos/Arquivos/15%20-%20Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gico%20e%20Administrativo/2.10%20Combate%20%C3%A0%20evas%C3%A3o/UM%20ESTUDO%20SOBRE%20A%20EVAS%C3%83O%20ESCOLAR%20-%20PARA%20PENSAR%20NA%20EVAS%C3%83O%20ESCOLAR.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

ILRF. Global Labor Justice-International Labor Rights Forum. **Developmental Effects of Child Labor.** Disponível em: < <https://laborrights.org/blog/201109/developmental-effects-child-labor/>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

INSPER CONHECIMENTO. **Evasão escolar custa R\$ 124 bilhões.** Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/conhecimento/politicas-publicas/evasao-escolar-gera-perda-de-r-214-bilhoes/>>. Acesso em: 15 Jun. 2023.

INSPER CONHECIMENTO. **Evasão escolar gera, em 1 ano, perda de R\$ 214 bilhões.** Disponível em: < <https://www.insper.edu.br/conhecimento/politicas-publicas/evasao-escolar-gera-perda-de-r-214-bilhoes/>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

International Labour Organization. **ILO Centenary Declaration for the Future of Work, 2019?** Disponível em: <<https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/mission-and-objectives/centenary-declaration/lang--en/index.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2023.

KRUEGER, Dirk; TJORNHOM, Jessica. **Economic Inequality and the Emergence of Child Labor Laws.** SSRN Scholarly Paper, 344281, Social Science Research Network, 1 out. de 2002. Disponível em: <<https://papers.ssrn.com/abstract=344281>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

LADEIRA, Thalles Azevedo. **Fracasso escolar e desigualdade social: uma perspectiva crítica e emancipatória.** Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/5/fracasso-escolar-e-desigualdade-social-uma-perspectiva-critica-e-emancipatoria>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

LIMA, Gabriella Poubel Portes. **EMPRESAS TRANSNACIONAIS E DIREITOS HUMANOS: UMA NOVA PERSPECTIVA SOBRE O TRABALHO INFANTIL.** Disponível em: <[https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/49596/1/ulfd0148972\\_tese.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/49596/1/ulfd0148972_tese.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MARINHO, Emerson; LINHARES, Fabricio; CAMPELO, Guaracyane. **Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil?** Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbe/a/zrGGrMjQGqTyJq3BNC9VVy/?lang=pt#>>. <https://doi.org/10.1590/S0034-71402011000300003>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MECHE, Bárbara Belão. **Trabalho infantil.** Disponível em: <<https://rdu.unicesumar.edu.br/bitstream/123456789/3555/1/HUGO%20SANTANA%20CASTELETTO.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

NAÇÕES UNIDAS. **Pessoas de baixa renda levam de quatro a cinco gerações para romper com a pobreza.** 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/152568-pessoas-de-baixa-renda-levam-de-quatro-cinco-gera%C3%A7%C3%B5es-para-romper-com-pobreza>. Acesso em: 2 dez. 2024.

Organização Internacional do Trabalho. **Convenção da OIT sobre trabalho infantil conquista ratificação universal.** Publicado 04 em ago. 2021. Disponível em: <[Organização Internacional do Trabalho. \*\*Sobre o IPEC.\*\* Disponível em: <\[PNUD. \\*\\*ODS EM AÇÃO.\\*\\* Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 20 jun. 2023.\]\(https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-infantil/WCMS\_565238/lang-pt/index.htm#:~:text=O%20Programa%20Internacional%20para%20a,para%20combater%20o%20trabalho%20infantil></a>>. Pedagogia do oprimido. Data de publicação: 2005. Editora: Paz e Terra. Referência bibliográfica: FREIRE, Paulo. Acesso em: 20 jun. 2023.</p></div><div data-bbox=\)](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_752499/lang-pt/index.htm#:~:text=A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%20182%20exorta,de%20drogas%20e%20trabalhos%20perigosos.></a>>. Acesso em: 20 jun. 2023.</p></div><div data-bbox=)

PYL, Bianca. **O trabalho infantil no tráfico de drogas e a punição das vítimas.** Disponível em: <<https://livredetrabalho infantil.org.br/especiais/trabalho-infantil-sp/reportagens/o-trabalho-infantil-no-traffic-de-drogas-e-a-punicao-das-vitimas/>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

ROGGERO, Paola, et al. **“The Health Impact of Child Labor in Developing Countries: Evidence From Cross-Country Data”.** American Journal of Public Health, vol. 97, n. 2, fevereiro de 2007, p. 271-75. Disponível em: <<https://ajph.aphapublications.org/doi/full/10.2105/AJPH.2005.066829>>. Acesso em: 06 jun. 2022.

TERRA. **Índia: mulheres dalits fazem trabalho escravo por promessa de dote.** Disponível em: <<https://www.terra.com.br/economia/india-mulheres-dalits-fazem-trabalho-escravo-por-promessa-de-dote,9abb7bc18b72d310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

The University of Iowa Labor Center. **What is Child Labor?** Disponível em: <<https://laborcenter.uiowa.edu/special-projects/child-labor-public-education-project/about-child-labor/what-child-labor>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

TUTOR MUNDI. **Evasão escolar: 5 estratégias para aplicar.** Disponível em: <<https://tutormundi.com/blog/evasao-escolar/>>. Acesso em: 25 jun. 2023.



UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (UNHCHR). The persistence of poverty: **How real equality can break vicious cycles**. 2022. Available at: <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/a76177-persistence-poverty-how-real-equality-can-break-vicious-cycles>. Acesso em: 2 dez. 2024.